

BORGISMO, CORONELISMO E DISSIDÊNCIAS POLÍTICAS NAS PÁGINAS DOS JORNAIS SANTA-MARIENSES

MÁRCIO ALEX CORDEIRO BIAVASCHI*

RESUMO

Este artigo analisa o modo como a imprensa político-partidária na cidade de Santa Maria durante a Primeira República, sobretudo no período de governo de Borges de Medeiros, proporcionou a construção de um imaginário simbólico e político das facções políticas locais, enquanto portadores, produtores e reprodutores de sentidos. Esse momento histórico correspondeu, em Santa Maria, a constantes conflitos intrapartidários no seio do PRR local que se tornaram de conhecimento da esfera pública estadual da época, por meio da propagação daqueles casos políticos nas páginas dos jornais, amparados e combatidos pelos coronéis locais em suas disputas políticas regionalizadas.

PALAVRAS-CHAVE: imprensa, coronelismo, borgismo, Santa Maria.

Traidor! Há 25 anos que o povo gaúcho sofre a hipocrisia do tirano – Liberdade de imprensa, no Rio Grande, é o empastelamento e o assassinio de jornalistas – Há 25 anos que o Rio Grande do Sul ouve com a mais profunda indignação a fraseologia hipócrita do ditador Borges de Medeiros (...).

Os gestos desse ateu hipócrita contradizem sempre os seus atos. Prega a liberdade de imprensa, e empastela os jornais e assassina os jornalistas (...).

Escreve no seu jornal oficial que as eleições serão livres, e fraudas-as com avalanches de atas falsas, apresentando votação maior, em vários municípios, do que o próprio número de eleitores do município.¹

* Mestre em História, com a dissertação intitulada *Coronelismo, borgismo e escândalos políticos: o caso Ribeiro Tacques (Santa Maria: 1925-1926)*, defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em julho de 2004, sob a orientação da professora Margaret Marchiori Bakos.

¹ *Correio da Serra*, 24 jun. 1922, n. 1357, p. 3.

No âmbito rio-grandense da Primeira República, torna-se necessário analisar até que momento o borgismo, ao utilizar a força política das bases coronelistas dos poderes locais, buscou não apenas articular-se com elas, assim como em relação às oposições, exclusivamente por meio de aparatos coercitivos, além de intervir nos processos eleitorais fraudulentos daquele período e na formação a seus interesses do Poder Judiciário, mas, com intensidade semelhante, por meio do consenso, ao apoiar-se na propagação e aceitação de seu discurso via imprensa, no complexo processo de acúmulo de poder simbólico². Lembrando que a situação de quem controla um dado campo político é sempre instável, ora pendendo à utilização de dispositivos ideológicos de direcionamento da sociedade civil, ora apelando para métodos coercitivos de dominação em momentos de crise no espaço social, o capital político e o prestígio perrepista foram, em grande parte, acumulados a partir da utilização da imprensa nos debates políticos localizados.

Nesse momento, a imprensa tornou-se um espaço privilegiado de comunicação social na esfera pública, ao dar voz a diversos setores, classes ou categorias emergentes, bem como das diversas dissidências partidárias, ao emitir as suas falas e disputas políticas. Os jornais de orientação política foram meios de circulação de notícias e formadores de opiniões e de lideranças partidárias, sustentando disputas políticas entre facções opostas, expressando o descontentamento das dissidências e rupturas internas dos partidos, motivando conflitos abertos das facções partidárias locais através das suas páginas, sendo para o historiador uma fonte histórica que expõe os contornos dos acontecimentos históricos conforme o posicionamento dos sujeitos envolvidos naqueles fatos.

Em um contexto histórico em que os campos da política e do jornalismo apresentavam-se intimamente interligados, a análise dos órgãos de imprensa partidária revela a identificação dos constantes confrontos entre facções políticas, muitas vezes no interior do mesmo

² Segundo Bourdieu (1990, p. 167), o poder simbólico “é um poder de fazer as coisas com palavras. E somente na medida em que é verdadeira, isto é, adequada às coisas, que a descrição faz as coisas. Nesse sentido, o poder simbólico é um poder de consagração ou de revelação, um poder de consagrar ou de revelar coisas que já existem. Isto significa que ele não faz nada? De fato, como uma constelação que começa a existir somente quando é selecionada e designada como tal, um grupo (...) só começa a existir enquanto tal, para os que fazem parte dele e para os outros, quando é distinguido segundo um princípio qualquer dos outros grupos, isto é, através do conhecimento e do reconhecimento”.

partido³. A importância da imprensa político-partidária como veículo de circulação de idéias e pensamentos em âmbito local evidencia-se na análise de suas representações simbólicas, enquanto percepção de que o social e seus discursos jamais se darão de forma neutra, sendo percebidas diferenças existentes entre os lugares, circunstâncias e momentos em que uma realidade social é construída.⁴

Para realizar uma análise das relações de poder coronelistas no Rio Grande do Sul, em especial o espaço social santa-mariense, por meio das representações das disputas políticas impressas nos jornais daquele período, torna-se, portanto, um modo de “localizar os pontos de confronto”⁵ entre os distintos partidos, facções ou dissidências políticas no interior daquele campo político.

Dessa maneira, um episódio aparentemente carente de uma maior significação, ao ser investigado detidamente, pode revelar uma nova amostragem do todo. Tal fenômeno pode ser comprovado ao analisarmos as especificidades santa-marienses, principalmente nos episódios de 1907, com a dissidência de Fernando Abbott, e, em 1926, com a cassação do mandato intencional de Carlos Alberto Ribeiro Tacques, a primeira cassação desse tipo na história republicana brasileira.

A trajetória do PRR em Santa Maria durante a Primeira República demonstrou a existência de 13 intendentess, no período de 1892 até 1930, com uma média inferior a três anos de permanência no cargo para cada edil, sendo comuns as nomeações, as renúncias, a utilização de intendentess provisórios e da cassação de mandato, ocorrida em

³ ALVES, 1999, p. 248: “Em se tratando de pesquisas abordando a história política, o papel da imprensa avulta em importância, tendo em vista o caráter em geral lacônico que caracteriza muitos dos documentos oficiais no que tange às disputas e aos confrontos de natureza político-partidária. Nos jornais, ao contrário, esses conflitos encontram seu espaço de propagação, chegando o jornalismo a servir como elo ou agente de combate entre diferentes tendências político-ideológicas”.

⁴ CHARTIER, 1990, p. 17: “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (...) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”.

⁵ CHARTIER, id., ibid.

1926. Evidenciou-se, inclusive, que esses confrontos intrapartidários, constantes em Santa Maria, eram usualmente aceitos e até estimulados por Borges de Medeiros, desde que não ameaçassem diretamente seu poder de mando, como um modo de conseguir barganhar politicamente ora com uma, ora com outra facção do PRR local.

Os jornais partidários de Santa Maria, nesses episódios, ao combater seus adversários, interna ou externamente ao PRR, prestaram o serviço de extirpar da política local certos elementos indesejáveis ao modelo de mando borgista, por denegriram a imagem do partido em âmbito estadual, ou por pretenderem evadir-se dos compromissos coronelistas firmados com Borges de Medeiros. Assim, esses jornais ao servirem como formadores de lideranças partidárias, sustentando campanhas eleitorais entre grupos opostos e expressando o descontentamento das dissidências e rupturas internas dos partidos, acabaram estampando em suas páginas os conflitos abertos das facções partidárias locais do PRR.

As disputas políticas em Santa Maria, que tinham nos jornais seus palcos de debates, mas também de acusações e insultos de caráter pessoal, provinham desde o final do período imperial, sendo que no final daquele regime e ao iniciar o republicano, circulavam na cidade dois jornais republicanos (*O Combatente*, que existiu de 1887 a 1907, e *O Popular*, de 1888 a 1891), e, em seguida, o *14 de Julho* (1892), um liberal (*A Província*, que existiu de 1886 a 1890), e ainda um periódico de cunho literário (*O Porvir*).

Já em 11 de agosto de 1890, Felipe Alves de Oliveira, proprietário do jornal de tendência liberal *A Província* e delegado de polícia nesse momento de ascensão do general Cândido José da Costa ao poder estadual, foi assassinado, tendo em vista desentendimentos políticos naquele conturbado início de República.⁶

Em 1907, a dissidência de Fernando Abbott conseguiu o apoio da maior parte do PRR em Santa Maria, motivando a atitude borgista de promover aliados seus a postos-chaves do poder público local. Borges percebe que as condições em Santa Maria eram desfavoráveis para si naquela eleição, principalmente devido ao fato de que o único jornal perrepista do município, *O Estado* (surgido em 1898, circulando até 1907), da propriedade do chefe partidário local, o coronel Antero Corrêa de Barros, cederou em favor da campanha abbottista. Ao deixar os aliados à candidatura Carlos Barbosa sem voz na imprensa local, tornou-se necessário fundar outro jornal que combatesse a dissidência local. Esse papel coube ao novo periódico republicano, *A Tribuna*,

⁶ Cf. DAUDT F°, 2003, p. 80-103; RIBEIRO, 1992, p.103-104.

surgido em 1907, e que posteriormente (1911) se transformaria no *Diário do Interior*, que por sua vez circularia até 1939.⁷

Mesmo que a maior parte do PRR local tenha enveredado pela candidatura de Abbott, o resultado final da eleição revelou que as práticas borgistas de persuasão eram mais fortes, ainda que a vitória de Carlos Barbosa em Santa Maria tenha se dado por uma diferença de apenas 150 votos de um total de 1600, sendo 875 para Carlos Barbosa e 725 para Fernando Abbott.⁸

Outro jornal de Santa Maria muito importante foi o *Gaspar Martins*, surgido em novembro de 1903, auto-intitulando-se “órgão parlamentarista”. Existiu até a morte de seu proprietário e único articulista, Júlio Magalhães, antigo redator do jornal porto-alegrense *A Reforma*, e seguidor fiel de Silveira Martins, em 1927.⁹ Com periodicidade a princípio quinzenal, passou a ser semanal, circulando às segundas-feiras. Atuou de forma persistente, influenciando e combatendo as práticas políticas situacionistas e mesmo as oposicionistas em Santa Maria; “muitas vezes discordando de seu partido por divergências oriundas de princípios políticos, Júlio Magalhães viu-se desamparado por seus correligionários”¹⁰:

(...) O estado de sítio e a censura tem sido, para alguns jornais, inclusive o respeitável “Diário do Interior”, um achado porque tiveram carta branca para mentirem escandalosamente e especulativamente, como está se vendo todos os dias (...).¹¹

Nestes últimos 20 anos a imprensa tem sido a poderosa auxiliar dos males da Pátria ou do povo e já é bem raro ver-se um jornal partidário falar a linguagem da verdade e protestar contra os abusos, as violências e os crimes dos governantes, se esse jornal é do partido do governo, como é raro ver-se um jornal da oposição fazer justiça ao adversário e censurar os seus correligionários que cometem faltas, abusos ou indignidades (...).¹²

Se fosse possível saber-se quanto os cofres públicos da Nação e dos Estados despendem com alguns jornais, ver-se-ia que os que estão de

⁷ Cf. RIBEIRO, op. cit.

⁸ Estes dados são provenientes da correspondência passiva de Borges de Medeiros, através das informações dos chefes políticos locais, encontrados no Arquivo Borges de Medeiros, sob guarda do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Material pesquisado e organizado por Sérgio da Costa Franco (fazendo parte de um conjunto maior, englobando 72 municípios rio-grandenses). Fontes gentilmente cedidas pelo professor René E. Gertz.

⁹ BELÉM, 2000, p. 238-239; RECHIA, 1999, p. 121-122.

¹⁰ RIBEIRO, op. cit., p. 110.

¹¹ *Gaspar Martins*, 9 fev. 1925, n. 15, p. 2.

¹² *Gaspar Martins*, 30 mar. 1925, n. 22, p. 1.

armas na mão, fazendo revoltas ou masorcas, não são mais prejudiciais à Pátria do que esses jornais que incensam déspotas e tiranos, que mentem, que insultam, que injuriam e caluniam para ganhar a vida faustosa que gozam.

É possível saber-se quanto os governos gastam com os seus exércitos, as suas justiças, as suas agriculturas, as suas estradas de ferro, as suas escolas, etc., etc., mas com os jornais que defendem incondicionalmente todos os seus atos ilícitos, imorais e criminosos não se pode saber porque tais pagamentos são feitos pela verba secreta.¹³

Um articulista importante para a imprensa local foi Arnaldo Mello, político e jornalista pertencente ao Partido Federalista santa-mariense, fundador, em 1912, do jornal *O Federalista*, transformado, posteriormente (1917), em *Correio da Serra*, órgão oficial daquele partido no município, e que se distinguiu pela forte oposição que fez à política republicana, sendo constantemente censurado pela polícia e justiça local:

A liberdade de crítica no Rio Grande do Sul deve ser exercida com restrições, não podendo nunca e sob nenhum pretexto, por mais justo que seja, atingir os princípios desse partido e seus régulos de aldeia.

O censor do “Correio da Serra”, como todos os censores da imprensa livre, não admite que se magoe, embora de leve, as suas “idéias” políticas, e alarga as suas atribuições a ponto de proibir que condenemos as atitudes dos homens que não exercem cargos públicos.

Ou é ignorância do censor que o leva a esses atos, ou o Partido Republicano e seus filiados foram transformados em instituições oficiais, pois só dessa forma se justifica a atitude daquele (...).¹⁴

A malsinada lei de imprensa começa a produzir os seus efeitos “benéficos”: a servir de instrumento de perseguição contra os jornalistas da oposição.

Porque a justiça não processa os rabiscadores situacionistas, tão afeitos a caluniar desbragadamente os adversários da ditadura?

(...) A imprensa republicana situacionista, não há quem o negue, tem a sua orientação e o seu prestígio firmados na maneira impatriótica como desvirtua os fatos, atirando a responsabilidade das ocorrências graves, para cima dos homens da oposição, ou procurando justificar as atitudes censuráveis daqueles que trazem na testa, como uma virtude, o dístico de governistas (...).

Colocado numa encruzilhada, o jornalista *republicano* segue sempre o caminho diverso do trilhado pela opinião pública, contra a qual se joga para agradar a mandões afeitos ao barbarismo e à bajulação (...).¹⁵

O que caracteriza a imprensa *republicana* do Estado é a maneira

¹³ Gaspar Martins, 13 jul. 1925, n. 37, p. 2-3.

¹⁴ *Correio da Serra*, 23 abr. 1926, n. 2720, p. 1.

¹⁵ *Correio da Serra*, 28 abr. 1926, n. 2724, p. 1-2.

quixotesca como ameaça aos que não lêem pela cartilha do sr. Borges de Medeiros.

Para os jornalistas *republicanos*, o direito de viver debaixo do céu rio grandense só pertence àqueles que obedecem a orientação do Partido Republicano, cujo chefe, *generosamente*, tolera os seus inimigos de crenças. Para os outros, e especialmente para os oposicionistas, existe o estrangeiro, o exílio, o suicídio obrigatório ou, como último recurso, aderir às *idéias* impatrióticas que desgraçam, há trinta e tantos anos, o nosso estremecido Estado.

Se encontrar um obstáculo, uma idéia arraigada, um convencido do seu ideal, então o jornalista republicano apegase ao estado de sítio e com esse ultrajante meio de base aos governos impopulares, ameaça à liberdade dos oposicionistas (...)

Pela prática seguida pelas autoridades públicas da infeliz gleba rio grandense, o estado de sítio, além de outras utilidades, serve também para impedir que os adversários do governo se defendam perante os seus concidadãos, das acusações e processos em que se acham envolvidos (...).¹⁶

O combate do perrepismo local ao *Correio da Serra* atingiu seu auge em 7 de julho de 1918, quando as suas instalações tipográficas foram assaltadas e parcialmente destruídas, em um acontecimento de conotação política que gerou repercussão no debate público estadual, tendo em vista que daquele empastelamento participaram soldados da Brigada Militar sob as ordens de Raul Soveral, subintendente e delegado de polícia de Santa Maria; esse fato ocasionou a renúncia do intendente municipal, Astrogildo de Azevedo. Também em relação a críticas ao situacionismo em Santa Maria, Arnaldo Melo se envolveu em um confronto, em 1925, com o adversário político Felisbino Monteiro, diretor do jornal republicano *O Castilhistas*, no qual saiu gravemente ferido. Esse jornal encerrou suas atividades apenas em 1930, não sem antes haver prestado uma função política importantíssima na divulgação das problemáticas locais, ao demonstrar aos seus leitores o ambiente político conflituoso em que viviam, demonstrando que a leitura política era uma forma de se estar inteirado do que ocorria nos meandros do poder coronelista local.

A partir do momento em que havia a censura por parte do situacionismo perrepista, haveria, ao mesmo tempo, um processo de reconhecimento, por parte do PRR, da capacidade e da força de convencimento simbólico de determinado órgão de imprensapositor a sua manutenção do poder. Esse processo de ataques e contra-ataques

¹⁶ *Correio da Serra*, 29 abr. 1926, n. 2725, p. 1.

políticos, de constantes retaliações ideológicas na imprensa, revela a luta simbólica¹⁷ pela produção do senso comum e pelo monopólio da legitimação no espaço social e no campo em disputa, e dele decorre a imposição de uma visão de mundo, que se pode dar por meio do insulto, impregnado pela perspectiva dos “agentes singulares que, a partir do seu ponto de vista particular, da sua posição particular, produzem nomeações – deles e dos outros - particulares e interessadas (sobrenomes, alcunhas, insultos ou, no limite, acusações, calúnias, etc.)”.¹⁸

Outro momento em que os jornais locais desempenharam uma função imprescindível na compreensão das lutas políticas locais, centralizando o PRR na arena dos conflitos, ocorre no período de 1925 e 1926, quando o perreatismo local cindiu-se de tal maneira a ocasionar a cassação do intendente municipal, Carlos Alberto Ribeiro Tacques. Sua elevação ao cargo de intendente de Santa Maria em 1925, mesmo sendo um elemento sem muito prestígio na cena política local, deveu-se ao fato de estar amparado por uma facção política interna do PRR, liderada pelo coronel Ernesto Marques da Rocha, que sobrepujou a corrente adversária no partido, de modo a cooptar para si os ocupantes dos principais postos públicos do município, relegando os seus adversários, liderados pelo coronel Ramiro de Oliveira, praticamente ao ostracismo político.

Quando das eleições municipais de 22 de fevereiro de 1925, o PRR local fracionou-se, de modo a lançar dois candidatos ao pleito intencional, Ribeiro Tacques pela facção majoritária e o coronel Augusto José de Seixas, sustentado pela facção minoritária. Com a vitória de Tacques, dá-se início às perseguições políticas entre os correligionários perrepatistas; com o que os membros derrotados da facção minoritária pedem auxílio a Borges de Medeiros, tendo em vista o grau de violências e arbitrariedades praticadas contra eles.

A facção majoritária promove a criação do jornal *O Castilhistas*, “órgão dos interesses do município”, em 14 de fevereiro de 1925, sendo

¹⁷ Proponho a caracterização de luta simbólica, enquanto uma importante instância das lutas políticas propriamente ditas, ao revelar a percepção de que essas disputas políticas entre as facções partidárias perrepatistas em Santa Maria, além das relações concretas do mundo objetivo, desempenharam também sua ação sob o campo da produção simbólica, principalmente na utilização do poder das palavras dos jornais, sendo a imprensa utilizada enquanto instrumento de conhecimento e de construção do mundo objetivo: “A luta política é uma luta cognitiva (prática e teórica) pelo poder de impor a visão legítima do mundo social, ou melhor, pelo reconhecimento, acumulado sob a forma de um capital simbólico de notoriedade e respeitabilidade, que confere autoridade para impor o conhecimento legítimo do sentido do mundo social, se sua significação atual e da direção na qual ele vai e deve ir” (BOURDIEU, 2001, p. 226).

¹⁸ BOURDIEU, 1989, p. 146.

um atestado do poderio do grupo encabeçado por Ernesto Marques da Rocha, enquanto órgão da campanha eleitoral acirrada que se avizinhava, propagandista das virtudes de Tacques e espezinhador dos elementos da facção adversária. O *Castilhista* passa a atacar a candidatura de Augusto José de Seixas, deslegitimando-a perante o eleitorado através de uma forma de violência simbólica, em que intitula aquele grupo como meramente dissidente, encobrendo “as relações de poder que regem os agentes e a ordem da sociedade global”¹⁹:

A diretriz do nosso jornal: (...) No conceito dos povos civilizados, a imprensa moderna deve pautar a sua conduta, no seio da coletividade, de acordo com os princípios básicos assentes nas palavras que constituem a nossa divisa máxima— Pela ordem e pelo direito, pela razão e pela justiça (...).

Esforçar-nos-emos pelo bem geral, defendendo não só os nossos companheiros, porventura injustiçados dentro do próprio partido, como todas as causas que nos parecerem justas.²⁰

Causa-nos repulsa ao lermos jornais redigidos por certos foliculários que, com a máxima desfaçatez, dolosamente aê narram fatos jamais acontecidos, com o fim único de tentar macular a honra dos homens de bem, a quem o escrevinhador barato pensa estarem no seu nível moral, desvirtuando, assim, a nobre missão do jornalista.

Esses “jornalistas” (...), esses indivíduos que desmoralizam uma classe tão honrosa, esses forjicadores de intrigas, que exploram os incautos, visando o interesse do seu eu, a sua conveniência material, enganando os desprevenidos – deviam, a bem do saneamento moral, ser expulsos, não somente do seio da imprensa, como da sociedade em que vivem.²¹

IMPRENSA, restaurant do espírito, onde o leitor gourmet quer diariamente que lhe sirvam pratos variados e apetitosos.

Se se esgotou o cardápio, será bom mãe d’hotel o que tenha sempre à mão os ovos dos boatos para uma omelete a minuta.²²

(...) a disciplina partidária não implica a alienação da personalidade, quando essa disciplina é consciente como a dos republicanos rio grandenses, sob a chefia criteriosa de um Borges de Medeiros. Nela resiste a força do partido republicano, que, disciplinado e coeso, se tem saído sempre com galhardia das lutas procelosas a que o tem arrastado seus adversários (...).²³

Borges, mesmo não vendo com bons olhos o poderio da facção majoritária local, esperava uma oportunidade estratégica na qual

¹⁹ ORTIZ, 1983, p. 25.

²⁰ O *Castilhista*, 14 fev. 1925, n. 1, p. 1.

²¹ O *Castilhista*, 25 abr. 1925, n. 13, p. 1.

²² O *Castilhista*, 9 maio 1925, n. 17, p. 2.

²³ O *Castilhista*, 24 jul. 1926, n. 82, p. 3.

pudesse desmoralizar esse grupo político que ameaçava escapar do seu poder de mando. A ocasião surge no início de 1926, quando vêm à tona os escândalos políticos de improbidade administrativa, que traziam a figura do intendente municipal em destaque, assim como grande parte de seus aliados, consistindo na compra de um prédio pelo governo estadual intermediado pelo município, por um valor que teria sido muito acima daquele que o imóvel valeria; a instalação de luz elétrica em um distrito, Silveira Martins, que, devido à fraude, determinou a vitória eleitoral da facção partidária majoritária; além do exercício da advocacia pelo intendente contra os interesses do município na demarcação territorial do distrito de São Martinho.

Esses escândalos tiveram ampla repercussão não apenas no âmbito santa-mariense, mas também no estado, já que os jornais locais o divulgaram abertamente, inclusive aqueles periódicos anteriormente posicionados a favor do intendente, pois observaram que a situação dele caminhava, como se deu, para o mais completo isolamento, que redundou na cassação do seu mandato, proporcionando que o dissídio local assumisse proporções de um escândalo político de caráter regional, pois mesmo que um escândalo surja primeiro como um escândalo político localizado e restrito, dificilmente se restringirá ao nível local, desdobrando-se em um campo político mais amplo.

Convém lembrar que “os escândalos políticos não são apenas tragédias pessoais: eles são também lutas sociais que são travadas no campo simbólico”²⁴, isto é, são lutas travadas no interior de um campo competitivo de relações sociais e composto por instituições ou indivíduos para obtenção de capital simbólico. Os escândalos políticos “são também acontecimentos situados que estão sempre inseridos em contextos socioeconômicos específicos, e envolvem sempre indivíduos e organizações particulares”, de modo que cada escândalo possui suas especificidades, pois “não apenas os indivíduos cujas ações se tornam o objeto de escândalo, mas também os indivíduos que, através de seus próprios atos e falas, revelam e divulgam essas ações e expressam sua desaprovação para com elas”.²⁵

Borges de Medeiros, por sua vez, soube tirar proveito do caso em questão, ao responsabilizar pelos escândalos apenas o intendente de Santa Maria, provocando sua derrocada política. Uma das principais funções de um escândalo político é, exatamente, minar os fundamentos do poder público, precisamente porque pode destruir recursos vitais de apoio por parte dos políticos: sua reputação, respeitabilidade, bom nome

²⁴ THOMPSON, 2002, p. 31.

²⁵ THOMPSON, op. cit., p. 107-108.

e credibilidade; além de enfraquecer sua capacidade de persuadir e influenciar outros políticos e seu eleitorado.

Nos conflitos políticos de 1926, o *Diário do Interior*, como órgão oficial do PRR na cidade, passa a fazer a defesa do intendente Ribeiro Tacques, sendo favorável à sua permanência no cargo de intendente municipal, publicando, inclusive, os seus manifestos de defesa. O *Correio da Serra*, como não poderia deixar de ser, criticou duramente a escolha de Ribeiro Tacques para intendente municipal, manifestando grande apreço pelas dificuldades políticas internas que seus adversários do PRR vivenciavam naquele momento.

O *Castilhista*, criado em 1925 para ser o órgão próprio da campanha de Tacques à Intendência Municipal, muda o seu discurso, passando a ser amplamente favorável à cassação daquele intendente, engrandecendo a postura do PRR como a de um partido que prima pela “sua grandeza, sua disciplina e seu programa”²⁶, além de denegrir os próprios manifestos de defesa de Tacques, intitulando-os como a tentativa por parte de seu autor do “surgimento do tacquismo”.²⁷

Esse jornal, outrora consagrado como pertencente a apenas uma facção do PRR santamariense e não como representante oficial da totalidade partidária, também foi vítima das circunstâncias que insuflou, pois, graças aos dissídios partidários locais, pereceu de inanição:

(...) se formos forçados a mudar de orientação, passando a órgão independente, não será por culpa nossa; é que aqueles que se deviam interessar pelo assunto não souberam ou não quiseram cumprir com o seu dever, evitando o desaparecimento de um dos jornais genuinamente republicanos existentes no interior do Estado e que são guiados pela finalidade histórica que é a razão de tão arraigada crença.

Esperamos, pois, que todos aqueles verdadeiramente interessados pela sorte dos nossos ideais continuem a prestarmos o seu indispensável concurso.

Como sempre, procuraremos corresponder com lealdade e dedicação à boa vontade dos nossos correligionários e amigos, quenos honraram com a sua confiança e amizade, assim como saberemos combater não só os adversários, com a costumada nobreza e energia, como as apostasias, ambições, veleidades e traições dos falsos republicanos, que são os piores inimigos.²⁸

Todo jornal partidário que não tiver o auxílio oficial direto, franco, decidido, dificilmente conseguirá manter-se. E “O Castilhista”, que é publicado nesta terra, onde o nosso partido está, há muito,

²⁶ O *Castilhista*, 31 jul. 1926, n. 84, p. 1.

²⁷ O *Castilhista*, 7 ago. 1926, n. 85, p. 1.

²⁸ O *Castilhista*, 14 jul. 1927, n. 112, p. 1.

completamente anarquizado, esfacelado, reduzido a diversos grupos, sacudidos por pequeninos despeitos, ao sabor de vaidades e ambições mal contidas, não tem e não poderia mesmo ter, o necessário apoio material (...).

Controvérsias sempre surgem do entrechoque proveniente de credos diversos, que representam personalidades ingessadas clandestinamente na nossa comunidade política, ao serviço da conhecida fórmula- “dividir para governar” (...).²⁹

Assim, conhecer a representação simbólica dos jornais torna-se um meio para se compreender o poder político de certa sociedade, e o modo como as representações de signos ou símbolos no espaço social tornam-se armas de combate entre grupos opostos e concorrentes, pela busca de legitimidade, principalmente através da imprensa, que “passará a compor o imaginário social de determinado grupo caso possua a virtude de fazer sentido para este grupo”.³⁰

Torna-se preciso romper com o pressuposto ideal de que as ações da imprensa seriam algo habitual, quase natural e restrito ao senso comum, e perceber que ela constrói ativamente o mundo em que vivemos e as representações que dele possuímos, sendo que “real não é o que ocorre, é o que é narrado pelos meios de comunicação de massa, e como é narrado. A revelação é que torna o fato real. (...) Os partidos, os governos e os fatos políticos só existem pela via dos meios de comunicação”.³¹

O inter-relacionamento entre história, imprensa e política no espaço rio-grandense torna imperioso que façamos a história através da imprensa, destacando-a como fonte essencial, particularizando-a ao espaço delimitado de certas cidades, a determinado segmento social ou a algum caso político específico. Enquanto fonte, a imprensa tornou-se uma vertente muito rica para a pesquisa histórica, tendo em vista o seu caráter dialético, enquanto fruto de uma ideologia, e um instrumento de ideologização, oferecendo às distintas tendências político-ideológicas um espaço para a propagação de seus conflitos.

Ao tornar públicas as questões de ordem política, os periódicos santa-marienses foram meios de expressão de certos grupos de pressão³² política e econômica em âmbito local. Assim, concluímos que

²⁹ *O Castilhistas*, 24 set. 1927, n. 122, p. 1.

³⁰ ESPIG, 1998, p. 276.

³¹ AMARAL, 2000, p. 135.

³² “Um grupo de pressão pode definir-se como uma organização constituída para defender interesses, exercendo pressão sobre os poderes públicos a fim de deles obter decisões conformes a esses interesses”: SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. Os grupos de pressão. In: SCHWARTZENBERG, 1979, p. 614; Conferir também: PASQUINO,

a imprensa deve ser vista como “uma produtora considerável de informações diversas, que esclarecem as atitudes e os comportamentos”³³, apresentando-nos um panorama abrangente do contexto da época, por meio de jornais partidários ou que expressassem sua condição de classe e suas reivindicações políticas.³⁴

Esses jornais de Santa Maria apresentavam caracteristicamente temáticas de esclarecimento ou de convencimento político, em debates acirrados com feições de caráter polemista, assim como doutrinário, em seus editoriais. Em suma, disputavam um terreno que servia de base às lutas simbólicas pelo poder local, contendo variados aspectos de cunho cultural que comporta o *habitus* específico de determinado espaço social, permeado pelo coronelismo e aproveitado pelo partido político dominante.³⁵

As representações das lutas políticas em Santa Maria, tornadas visíveis por meio das páginas dos jornais partidários do período, revelam a correspondência do elemento simbólico do texto para com o contexto histórico, de modo que “só é possível decifrar a representação através da articulação texto/contexto”, sendo que “não se pode abandonar a idéia da totalidade para estabelecer a compreensão de um texto”.³⁶

Ao analisar os constantes debates e conflitos através da imprensa regional dos casos políticos locais, construindo verdadeiros espaços simbólicos a compor a identidade de um grupo, torna-se necessário observar que as formas simbólicas de percepção de si e do outro, isto é,

Gianfranco. Grupos de pressão. In: BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1999, p. 562-571.

³³ BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, 1996, p. 196.

³⁴ BOURDIEU, 1989, p. 11-12: “As diferentes classes e frações de classe estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme os seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (...), quer dizer, do poder de impor – e mesmo inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxionomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social. O campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção”.

³⁵ BOURDIEU, 1989, p. 199: “Pode-se dizer, indiferentemente, que certos *habitus* acham as condições da sua realização, e até mesmo do seu desenvolvimento, na lógica do aparelho [partidário]; ou, inversamente, que a lógica do aparelho “explora” em seu proveito as tendências inscritas nos *habitus*”.

³⁶ PESAVENTO, 1995, p. 17-18.

os jornais, apresentam-se enquanto dimensões da realidade que não proporcionam necessariamente correspondência direta com o real, mas sim a compreensão “de que o texto é uma representação de seu autor, que o teria construído como forma de materializar uma identidade que quer consolidar”; assim como demandaria “o entendimento de que o autor é uma invenção do próprio texto, sendo sua sinceridade/subjetividade um produto da narrativa que elabora”.³⁷

Essa representação do real revela a maneira pela qual os personagens envolvidos naquelas lutas políticas interpretam sua realidade presente e específica em suas lutas pelo acúmulo de capitais simbólicos, cujos elementos possuem a propriedade de cimentar a coletividade de um grupo, legitimando-o perante outros também concorrentes ao poder simbólico de um mesmo espaço social:

Como momento de legitimação, as representações sociais se mostram um espaço de disputa entre os diferentes grupos com o intuito de tornar legítima a sua visão de mundo. Estabelecida essa dominância, o campo simbólico atua como um campo de exercício do poder. Um poder que não coage fisicamente, mas constrói no interior dos indivíduos os valores necessários à manutenção das estruturas sociais, justificando determinadas práticas sociais em detrimento de outras.³⁸

Essas disputas simbólicas, que têm como palco o campo político enquanto espaço social de produção e reprodução de relações objetivas, revelam, invariavelmente, na representação dos espaços formais de participação política, neste caso os jornais, a expressão da fala das facções, nos quais esses indivíduos e grupos apresentam posicionamentos e funções sociais diferenciadas, ao classificar os elementos de confiança ou aqueles perigosos ao poder local e à harmonia partidária; de modo que a pretensa harmonia, ortodoxia e o respeito à hierarquia partidária, postulados próprios ao mito criado em torno do PRR, tornaram-se letra morta, pois “não há empreendimento político que, por muito monolítico que possa parecer, não deixe de ser lugar de defrontações entre tendências e interesses divergentes”.³⁹

As representações tornadas visíveis na imprensa apresentam-se enquanto sujeito histórico influente e construtor de determinada conjuntura. Convém lembrar que, ao analisar fontes de imprensa enquanto manancial para a pesquisa histórica, não se estará encarando-as como fontes de informação histórica em si, importando

³⁷ GOMES, 2004, p. 16.

³⁸ PACHECO, 2001, p. 31.

³⁹ BOURDIEU, 1989, p. 196.

realizar mediações embasadas em documentos diversos do mesmo período, como as correspondências, por exemplo.

As lutas políticas representadas nas páginas dos jornais, instrumentos de conhecimento e de construção do mundo objetivo, são o demonstrativo da efervescência das disputas partidárias em torno da conquista do poder público em Santa Maria, com destaque ao tratamento dado às questões de caráter local, em detrimento de outras mais abrangentes, constatando-se que “a verdade é que as questões locais são as que empolgam e comovem a população. Aquelas de caráter geral entusiasma-na na falta destas”.⁴⁰

A difusão do debate político em âmbito estadual por intermédio da imprensa testemunha a força dos jornais, cujo capital simbólico baseia-se na noção de credibilidade, produzindo um efeito de veracidade, ao postar-se a serviço da verdade concebida por quem escreve. As lutas políticas impressas nos órgãos de imprensa partidária nos possibilitam uma maneira mais abrangente de se vislumbrar o personalismo do confronto discursivo, e suas representações acerca de certo campo político, estabelecendo ou desconstruindo aliados e inimigos, criando categorias e modos de pensar, gerando uma imagem de si e do outro, como a comprovar ter sido a imprensa “a válvula de expansão da caldeira onde fervem as paixões humanas”.⁴¹

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco das Neves. Imprensa, história e política: uma proposta metodológica ao debate sobre o tema no contexto brasileiro do século XIX. *Comunicação e Política*. Rio de Janeiro: CEBELA (Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos), v. 6, n. 1, p. 245-257, jan.-abr. 1999.

AMARAL, Roberto. Imprensa e controle da opinião pública (informação e representação popular no mundo globalizado). *Comunicação e Política*. Rio de Janeiro: CEBELA (Centro de Estudos Latino-Americanos), v. 7, n. 3, p. 128-158, set.-dez. 2000.

BELÉM, João. *História do município de Santa Maria (1797-1933)*. 3. ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 12. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CHARTIER, Roger. *A história cultural : entre práticas e representações*. São Paulo: DIFEL, 1990.

⁴⁰ Carta de Julio Raphael de Aragão Bozano a Borges de Medeiros (n. 8119, Santa Maria, 21 jan. 1924 – Arquivo Borges de Medeiros/IHGRS).

⁴¹ *O Castilhistas*, 11 jul. 1925, n. 34, p. 1.

- DAUDT FILHO, João. *Memórias*. 4. ed. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.
- ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v. 24, n. 2, p. 269-289, dez. 1998.
- GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo, Ática, 1983.
- PACHECO, Ricardo de Aguiar. *O cidadão está nas ruas: representações e práticas acerca da cidadania republicana em Porto Alegre (1889-1891)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.
- PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.
- RECHIA, Aristilda. *Santa Maria: panorama histórico-cultural*. Santa Maria: Associação Santa-Mariense de Letras, 1999.
- RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/FGV, 1996.
- RIBEIRO, Nely. *Jornais gráficos (RS: 1827-1900): o jornal em Santa Maria (1883-1992)*. Santa Maria: Imprensa Universitária/UFSM, 1992.
- SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. *Sociologia política: elementos de ciência política*. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.
- THOMPSON, John B. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.